



GOVERNO DO ESTADO DE GOIÁS
Gabinete Civil da Governadoria
Superintendência de Legislação

DECRETO Nº 6.893, DE 07 DE ABRIL DE 2009.
- Revogado pelo Decreto nº 9.766, de 14-12-2020.

~~Confere autorização à Agência Goiana de Cultura Pedro Ludovico Teixeira—AGEPEL—
para celebrar os contratos temporários que especifica~~

~~O GOVERNADOR DO ESTADO DE GOIÁS, no uso de suas atribuições constitucionais e legais e tendo em vista o que
consta do Processo nº 200900013000404,~~

~~D E C R E T A:~~

~~Art. 1º Fica a Agência Goiana de Cultura Pedro Ludovico Teixeira—AGEPEL—autorizada a celebrar, nos termos da Lei nº
13.664, de 27 de julho de 2000, e observado o limite de 1 (um) ano para cada contratação, incluindo a vigência inicial e eventual prorrogação,
60 (sessenta) contratos temporários, mediante processo seletivo simplificado, nos quantitativos por funções, níveis de escolaridade, carga
horária semanal e remunerações mensais máximas a seguir especificados:~~

~~I—docência:~~

~~a) professores de nível superior—34 (trinta e quatro) contratos de 40 h (quarenta horas) por R\$ 809,19 (oitocentos e nove
reais e dezenove centavos);~~

~~b) professores de nível médio—15 (quinze) contratos de 40 h (quarenta horas) por R\$ 683,50 (seiscentos e oitenta e três
reais e cinquenta centavos);~~

~~II—servidores de apoio administrativo:~~

~~a) nível superior—01 (um) contrato por R\$ 1.500,00 (um mil e quinhentos reais);~~

~~b) nível médio:~~

~~1- 07 (sete) contratos por R\$ 800,00 (oitocentos reais);~~

~~2- 03 (três) contratos por R\$ 600,00 (seiscentos reais);~~

~~§ 1º As remunerações mensais máximas definidas nas alíneas do inciso I deste artigo acompanharão os valores que
vierem a ser fixados para os professores do Plano de Cargos e Vencimentos do Pessoal do Magistério Público Estadual da Educação Básica
e da Educação Profissional, de que trata a Lei nº 13.909, de 25 de setembro de 2001.~~

~~§ 2º A remuneração mensal dos contratos temporários autorizados por este artigo não será inferior ao valor do salário
mínimo vigente no período.~~

~~§ 3º O valor das despesas mensais com o total das remunerações dos contratos autorizados por este artigo fica limitado a
R\$ 46.664,96 (quarenta e seis mil, seiscentos e sessenta e quatro reais e noventa e seis centavos), atualizado na mesma época e proporção
em que ocorrerem as hipóteses previstas nos §§ 1º e 2º deste artigo.~~

~~Art. 2º A execução deste Decreto fica condicionada ao cumprimento do disposto no art. 16 da Lei Complementar Federal
nº 101, de 04 de maio de 2001.~~

~~Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.~~

~~PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DE GOIÁS, em Goiânia, 07 de abril de 2009, 121ª da República.~~

~~ALCIDES RODRIGUES FILHO~~

~~(D.O. de 16-04-2009)~~

~~Este texto não substitui o publicado no D.O. de 16-04-2009.~~

Autor	Governador do Estado de Goiás
Órgão Relacionado	Conselho Estadual de Educação
Categoria	Contratos temporários